



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

**GTOC/PGR N. 633679/2024**

**Petição n. 12.357 – Distrito Federal**

**Relator** : Ministro Dias Toffoli

**Requerente** : Marcelo Bahia Odebrecht

**Advogados** : Antônio Nabor Areias Bulhões e outros

Excelentíssimo Ministro Relator,

O Procurador-Geral da República, nos autos do processo em epígrafe, com fundamento nos arts. 39 da Lei n. 8.038/1990 e 317 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, interpõe

**AGRAVO INTERNO**

contra a decisão de 21.5.2024, que declarou a nulidade absoluta de todos os atos praticados pela 13ª Vara Federal de Curitiba/PR contra Marcelo Bahia Odebrecht, no contexto da Operação Lava Jato, com a determinação do trancamento das persecuções penais. Pede a reconsideração do decisório ou, isso não ocorrendo, que o recurso seja apresentado ao Plenário da Corte, onde espera que venha a ser provido.

Brasília, 4 de junho de 2024

Paulo Gonet Branco

LLS/DD

Procurador-Geral da República

**Fatos**

Marcelo Bahia Odebrecht firmou acordo de colaboração premiada com a Procuradoria-Geral da República em 2.12.2016. Foram colhidos 54 (cinquenta e quatro) termos de depoimento referentes a atos ilícitos perpetrados contra a Administração Pública.

O pedido homologatório foi autuado na Petição n. 6.500/DF e deferido, em 28.1.2017, pela então Ministra Presidente Cármen Lúcia. Após, o Ministro relator Edson Fachin declinou os termos de depoimento aos juízos competentes para a apuração pertinente.

O colaborador satisfaz os termos do acordo, cumprindo integralmente a pena privativa de liberdade e a prestação pecuniária. Remanesce, tão somente, a obrigação de informar, semestralmente, o endereço domiciliar e fornecer relatório sobre suas atividades ao Juízo da execução e ao MPF.

O eminente Ministro relator desse feito, em decisões proferidas na Reclamação n. 43.007/DF e da Petição n. 11.438/DF afirmou ter havido conluio processual entre o magistrado e a acusação no âmbito do Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR; por isso, houve por bem declarar a nulidade absoluta dos atos praticados pelos integrantes da Força Tarefa da Operação Lava Jato e pelo ex-juiz Sérgio Moro no desempenho de suas atividades. Marcelo Bahia Odebrecht formulou, agora, pedido de extensão.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
PET N. 12.357/DF

O peticionário expôs o que classificou como ilegalidades e abusos no decorrer da Operação Lava Jato, que teve curso perante o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR. Falou em conluio entre os Procuradores da República vinculados à Força-Tarefa Lava Jato e o juiz titular do caso. Citou diálogos entre autoridades, obtidos na Operação Spoofing. Alegou que sofreu pressão dos agentes públicos para celebrar acordo de colaboração, por meio do uso de técnicas de *lawfare*, como a prisão preventiva que sofreu, sucedida por medidas cautelares e bloqueio de ativos. Indicou os procedimentos instaurados contra ele na 13ª Vara Federal de Curitiba/PR<sup>1</sup>.

Pediu a extensão das decisões proferidas na Reclamação n. 43.007/DF e na Petição n. 11.438/DF, para que se proclame a nulidade absoluta de todos os atos praticados, que o tiveram como objeto, nos processos e procedimentos relacionados à Operação Lava Jato, conduzidos pelos Procuradores da Força-Tarefa e pelo ex-Juiz Federal Sérgio Moro no Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR.

---

1 São eles:

- Busca e Apreensão/Prisão Preventiva n. 5024251-72.2015.404.7000/PR;
- Ação Penal n. 5036528-23.2015.404.7000/PR
- Ação Penal n. 5054392-88.2016.404.7000/PR
- Ação Penal n. 5035263-15.2017.404.7000/PR
- Ação Penal n. 5051379-67.2015.404.7000/PR
- Ação Penal n. 5019727-95.2016.404.7000/PR
- Ação Penal n. 5063130-17.2016.404.7000/PR
- Ação Penal n. 5021365-32.2017.404.7000/PR
- Ação Penal n. 5059586-50.2018.404.7000/PR
- Ação Penal n. 5033771-51.2018.404.7000/PR
- Ação Penal n. 5036994-07.2021.404.7000/PR
- Ação Penal n. 5044305-83.2020.404.7000/PR

O Ministro relator Dias Toffoli acolheu o pedido e declarou

A nulidade absoluta de todos os atos praticados em desfavor do requerente no âmbito dos procedimentos vinculados à Operação Lava Jato, pelos integrantes da referida operação e pelo ex-juiz Sérgio Moro no desempenho de suas atividades perante o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba, ainda que na fase pré-processual, determinando, em consequência, o trancamento das persecuções penais instauradas em desfavor do requerente no que atine à mencionada operação.

O acordo de colaboração firmado pelo requerente, em relação aos benefícios a ele concedidos, não foram afetados.

### **Razões**

Em demandas de natureza similar, o Ministério Público Federal tem enfatizado o limitado espaço de aplicabilidade da figura do *pedido de extensão*, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal e da própria jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

A extensão dos efeitos de decisão destina-se a assegurar a igualdade de tratamento nas relações processuais e pressupõe nitidez da identidade fático-jurídica das situações postas em cotejo.

Estender uma decisão significa repeti-la para outra pessoa que não a que a recebeu originalmente. Decerto que não cabe a imediata extensão para casos que não se provem iguais. Não são iguais, é certo, os casos que tiveram início com pedidos diferentes entre si. Com relação a esses não há razão para repetir a decisão anterior, que

respondeu a pleito distinto. Haverá, então, o interessado de recorrer a outro meio para se bater pelo que entende ser o seu direito.

Esse é o entendimento dessa Corte, que cobra de todo pleito de extensão de comando proferido anteriormente a chamada *aderência estrita* da situação jurídica do peticionário ao quadro definido pelas balizas objetivas e subjetivas da lide paradigma. Daí este acórdão, relatado pelo primeiro Ministro relator da mesma Reclamação de que resulta esta Petição:

AGRAVOS REGIMENTAIS NOS PEDIDOS DE EXTENSÃO NA RECLAMAÇÃO. ACESSO AO MATERIAL APREENDIDO PELA POLÍCIA FEDERAL EM PODER DE HACKERS NA OPERAÇÃO SPOOFING. PEDIDOS DE EXTENSÃO DOS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE IMPRESTABILIDADE DO ACORDO DE LENIÊNCIA DA ODEBRECHT COMO MEIO DE PROVA. COMANDOS DE NATUREZA INTER PARTES E SEM EFEITOS VINCULANTES. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE MATERIAL E DE ADERÊNCIA ESTRITA AOS PARADIGMAS INDICADOS. JULGADOS QUE NÃO POSSUEM EFEITOS ERGA OMNES. REQUERENTES QUE NÃO FIGURAM NA RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL PARADIGMA. AGRAVOS REGIMENTAIS AOS QUAIS SE NEGA PROVIMENTO. I – O deferimento de pedidos de extensão decorre, substancialmente, do disposto no art. 580 do Código de Processo Penal, sendo necessário, primeiro, que tenha havido concurso de agentes e, depois, que a eventual extensão da decisão que beneficia um dos réus não seja fundada em motivos de caráter exclusivamente pessoal. Assim tem entendido a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal em casos análogos nestes mesmos autos. II – Não é cabível o manejo da

reclamação constitucional – e, *mutatis mutandis*, de pedidos de extensão – para garantia da autoridade das decisões pretorianas proferidas em processos nos quais os postulantes não integraram a relação processual antecedente, quando delas decorram somente efeitos *inter partes*. III – **Para que houvesse as extensões requeridas nestes autos seria preciso o ajuste, com exatidão e pertinência, entre a providência que se busca e o paradigma apontado pelos requerentes, o que somente é admitido quando há demonstração, por intermédio de prova documental inequívoca, de absoluta aderência entre o julgado invocado e as decisões recorridas, o que, respeitadas as alegações aduzidas, não é o caso na hipótese.** IV – Daí por que não há falar em afronta aos paradigmas invocados, o que inviabiliza a utilização prematura ou preventiva deste **pleito de extensão, que possui requisitos próprios de cabimento, somente quando observado o efetivo descumprimento ou inobservância das decisões judiciais ou súmulas vinculantes desta Suprema Corte. Não se pode ampliar o alcance dos efeitos implementados nestes autos, sob pena de transformar esta via em verdadeiro sucedâneo do recurso, formulando-se pretensões diretamente perante o órgão máximo do Poder Judiciário.** V – Agravos regimentais aos quais se nega provimento<sup>2</sup> (sem grifos no original).

Por isso, também, o art. 580 do Código de Processo Penal dispõe que, *“no caso de concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros”*.

---

<sup>2</sup> Reclamação n. 43.007/PR-Extn-DécimaQuinta-AgR, rel. o Ministro Ricardo Lewandowski, 2ª Turma, DJe 25.1.2022.

A convergência do texto legal com a hermenêutica empregada pelo Supremo Tribunal Federal resulta na extração de dois específicos requisitos para o êxito do pedido. Um, positivo, que diz com a condição de corréus do requerente e do sujeito originariamente beneficiado pelo ato judicial cuja extensão se postula. Outro, negativo, a exigir que a decisão judicial, objeto do pedido de extensão, não esteja fundada em motivos de ordem exclusivamente pessoal.

A verdade é que, se fosse de outro modo, o pedido de extensão se tornaria instrumento de supressão de instância e de concentração de lides no Tribunal, com prevenção de relatoria, das mais variadas causas que, de alguma forma, mesmo que remotamente, pudessem ser referidas àquela específica, cuja solução é desejada pela parte.

Sem uma estrita adstringência do caso original com aquele para o qual se pretende a extensão do decisório, o Supremo Tribunal estará apreciando questão própria de outra instância, desviando-se do caminho imposto pelo princípio do juiz natural, que assinala à Corte atuação em grau de recurso. Por isso, em diversos precedentes, desde há mais de dez anos, inclusive pelo seu Plenário, a Corte fala da *“impossibilidade de utilização da reclamação constitucional como sucedâneo dos meios processuais adequados colocados à disposição da parte para submeter a questão ao Poder Judiciário, com o demérito de provocar o exame*

*per saltum pelo STF de questão a ser examinada pelos meios ordinários e respectivos graus*<sup>3</sup>. Da mesma forma, quando diz:

A reclamação não se destina a funcionar como sucedâneo recursal nem se presta a atuar como atalho processual destinado a submeter à mais alta Corte do país, *per saltum*, questões que contrariem os anseios do reclamante. Indispensável, para tanto, seja observado o sistema processual e as regras de distribuição de competência<sup>4</sup>.

Em outro precedente, o Tribunal repudiou o que chamou de “uso promíscuo” da reclamação, i.é, aquele que não atende às finalidades específicas do instituto, das quais extraiu, novamente de modo expresso e enfático, o pressuposto da “estrita aderência” entre a decisão paradigma e o caso objeto da reclamação, até para se prevenir a quebra do sistema de competências do STF:

A reclamação, por expressa determinação constitucional, destina-se a preservar a competência desta Suprema Corte e garantir a autoridade de suas decisões, ex vi do artigo 102, I, I, da CF, além de salvaguardar o estrito cumprimento dos enunciados da Súmula Vinculante, nos termos do artigo 103-A, § 3º, da Constituição, incluído pela EC n. 45/2004. Neste particular, a jurisprudência desta Suprema Corte estabeleceu diversas condicionantes para a utilização da via reclamatória, de sorte a evitar o uso promíscuo do referido instrumento processual. Disso resulta i) a impossibilidade de utilizar *per saltum* a reclamação,

---

<sup>3</sup> Rcl 13626 AgR, Tribunal Pleno, DJe 2-4-2014; Rcl 34754 AgR, Primeira Turma, DJe 4-5-2021; Rcl 66592 AgR, Segunda Turma, DJe 15-5-2024;

<sup>4</sup> Rcl 45381 AgR, Segunda Turma, DJe 13-05-2021.

suprimindo graus de jurisdição, ii) a impossibilidade de se proceder a um elastério hermenêutico da competência desta Corte, por estar definida em rol numerus clausus, e iii) a observância da estrita aderência da controvérsia contida no ato reclamado e o conteúdo dos acórdãos desta Suprema Corte apontados como paradigma. 2. A aderência estrita entre o objeto do ato reclamado e o conteúdo da decisão do STF dotada de efeito vinculante e eficácia erga omnes apontada pelo reclamante é requisito para a admissibilidade da reclamação constitucional. Precedentes: Rcl 22.608-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 22/04/2016; e Rcl 21.559-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe de 01/09/2017. 3. A reclamação é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático probatório engendrado nos autos<sup>5</sup>.

Até mesmo nesta mesma Reclamação n. 43.007/DF, pedidos como o que animam a Petição sob exame foram indeferidos, justamente por falta de pertinência subjetiva e objetiva. Em 13 de setembro de 2021, o primeiro relator da Reclamação, Ministro Ricardo Lewandowski, deliberou:

Salta à vista o caráter personalíssimo quanto ao autor da Rcl 43.007, por ser ele – particularmente – o único beneficiado pela decisão de natureza subjetiva indicada como paradigma (acórdão da Rcl 33.543/PR-AgR-AgR-ED-AgR). Aplicando este entendimento ao pleito formulado, novamente invoco a regra de que, para toda e qualquer pretensão aduzida por terceiros nestes autos, relativamente ao comando aqui emanado, deverá

---

<sup>5</sup>Rcl 28178 AgR, Primeira Turma, DJe 12-06-2018.

haver a estrita comunicação entre a situação jurídica de cada um dos peticionantes e aquilo que envolve os limites subjetivos e objetivos desta lide.

Essa é também a razão última do juízo de improcedência de outros pedidos de extensão, no âmbito desta mesma Reclamação, em decisão colegiada. Com relação a situações de natureza estritamente pessoal que diziam apenas com o requerente original, a 2ª Turma julgou:

O deferimento de pedidos de extensão decorre, substancialmente, do disposto no art. 580 do Código de Processo Penal, sendo necessário, primeiro, que tenha havido concurso de agentes e, depois, que a eventual extensão da decisão que beneficia um dos réus não seja fundada em motivos de caráter exclusivamente pessoal. Assim tem entendido a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal em casos análogos nestes mesmos autos (Reclamação n. 43.007/DF-Extn-DécimaQuinta-AgR, rel. o Ministro Ricardo Lewandowski, 2ª Turma, DJe 25.1.2022).

Tais são as coordenadas dentro das quais o pedido em tela deve ser apreciado. Em suma, deve haver a adstringência da petição de extensão com o pedido que deflagrou o processo da Reclamação e com o que o Tribunal nele decidiu. Se no curso da Reclamação tiverem sido concedidas extensões em desarmonia com esses pressupostos, a desconformidade não deverá ser causa de extensão dela própria. A extensão somente se pode dar da decisão que julgou a reclamação.

Isso é dito, porque se sabe que, recentemente, decisões monocráticas concederam pedidos de extensão para fins variados, a

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**  
PET N. 12.357/DF

partir da Reclamação n. 43.007, em situações desafiadoras dos limites do pedido e do juízo de procedência lançados na reclamação. Nesses casos, a Procuradoria-Geral da República tem recorrido, invocando, entre outras razões, precisamente o desbordamento dos lindes processuais da Reclamação ajuizada. A Procuradoria-Geral da República apoiou-se, em cada recurso, no magistério jurisprudencial de que, não havendo adstringência estrita entre o caso contrastado e o pedido de extensão, este último é descabido e deve ser indeferido. O fato de em outras deliberações em pedidos formulados a partir da Rcl n. 43.007 eventualmente não se ter atentado para essa exigência de simetria essencial não justifica que se prescindia, neste caso, do pressuposto bem assentado na jurisprudência. Não cabe ver direito de estender decisão de extensão que tenha escapado ao rigor dessa ortodoxia, máxime quando essas decisões ainda não tenham sido ratificadas pelo Colegiado e estejam na pendência de recurso.

\*

Definidas as balizas condutoras da solução desta Petição, o pleito do requerente haverá de ser indeferido, por meio de reconsideração ou de provimento deste agravo.

Há aqui a falta de correlação estrita entre o pedido e a decisão tomada no decisório que poderia servir de paradigma.

A Reclamação n. 43.007/DF, a que o pedido de extensão pretende se atrelar, foi ajuizada, em 27.8.2020, por pessoa física,

distinta do atual requerente. O reclamante se insurgia contra obstáculos opostos ao seu acesso a seu conhecimento de evidências de interesse da sua defesa em processo criminal. Apenas isso. Falava-se em descaso para com outra decisão do STF que lhe assegurava o acesso pretendido e à Súmula Vinculante n. 14. O pedido do reclamante original estava assim formulado:

No mérito, seja julgada totalmente procedente a presente Reclamação para o fim de:

- (i) reconhecer a violação à autoridade da decisão proferida em 04/08/2020 por este Supremo Tribunal Federal no julgamento do AGRG nos ED no AGRG no AGRG da RCL nº 33.543 pelas decisões proferidas pelo E. Juízo da 13ª Vara Federal Criminal nos autos da ação penal nº 5063130-17.2016.4.04.7000/PR;
- (ii) conceder à Defesa do Reclamante acesso aos autos de nº 5020175-34.2017.4.04.7000/PR, em que tramita o Acordo de Leniência firmado entre a Odebrecht S.A. e o Ministério Público Federal, nos termos e no alcance decidido por esta Suprema Corte, e impedindo que a análise dos documentos pertinentes para a Defesa seja realizada pelas partes que têm interesse no desfecho processual contrário ao do Reclamante;
- (iii) declarar a nulidade de todos os atos praticados nos autos da ação penal nº 5063130-17.2016.4.04.7000/PR após a prolação das rr. decisões discutidas nesta reclamação (fls. 13/15 da Reclamação n. 43.007/DF).

A reclamação, originalmente distribuída ao Ministro Ricardo Lewandowski, foi julgada procedente em 16.11.2020. Determinou-se ao Juízo da 13ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Paraná a liberação à defesa do acesso aos elementos de prova e demais dados

constantes do Acordo de Leniência n. 5020175-34.2017.4.04.7000 que fizessem referência ao reclamante ou que lhe dissessem respeito.

O objeto da reclamação consistia, portanto, no acesso pelo reclamante a dados produzidos com relação a ele e que pudessem interferir sobre a sua posição no processo criminal a que se sujeitava. A causa do pedido consistia na recusa do Juízo da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba/PR em partilhá-los com o reclamante. Nesses limites foi julgada.

Em seguida ao êxito na pretensão formulada na reclamação, o reclamante originário trouxe aos autos informações concernentes a invasões às contas de *Telegram* de autoridades brasileiras e de pessoas relacionadas à operação Lava Jato, apreendidas no âmbito da Operação Spoofing. Pediu acesso às mensagens instantâneas resguardadas no Juízo da 10ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal. O pedido foi deferido pelo Ministro relator:

Diante da verossimilhança da alegação e tendo em conta o direito constitucional à ampla defesa, DEFIRO, por enquanto, sem prejuízo de providências ulteriores, o pedido deduzido pelo reclamante com fundamento nos arts. 6º, 8º, 77, I, e 139, IV, do Código de Processo Civil, para autorizar o compartilhamento das mensagens informais trocadas no âmbito da Força-tarefa Lava Jato, encontráveis nos arquivos arrecadados ao longo da Operação Spoofing, os quais integram o Inquérito 002/2019-7/DICINT/GGI/DIP/PF, convolado na Ação Penal 1015706-59.2019.4.01.3400, em curso perante o Juízo da 10ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal. (...) Em face do exposto, DETERMINO ao Juízo

da 10ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal que assegure ao reclamante, com o apoio de peritos da Polícia Federal, dentro do prazo de até 10 (dez) dias, o compartilhamento das mensagens arrecadadas pela Operação Spoofing que lhe digam respeito, direta ou indiretamente, bem assim as que tenham relação com investigações e ações penais contra ele movidas na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba ou em qualquer outra jurisdição, ainda que estrangeira. Considerando que os arquivos arrecadados compreendem cerca de 7TB de memória, envolvendo inclusive terceiras pessoas, advirto que os dados e informações concernentes a estas deverão permanecer sob rigoroso sigilo.

Foi concedido também, incidentalmente, *habeas corpus* de ofício, e foram declarados imprestáveis, quanto ao reclamante original, os elementos de prova obtidos a partir do Acordo de Leniência n. 5020175-34.2017.4.04.7000, celebrado pela Odebrecht, bem assim de todos que dele decorreram, relativamente à Ação Penal 5063130-17.2016.4.04.7000<sup>6</sup>.

A concessão da ordem – e isso é de relevância para a compreensão da espécie – atendeu a “*motivos de caráter exclusivamente pessoal*”, não sendo apta, por isso mesmo, para ser estendida a outrem. Daí o Ministro relator Ricardo Lewandowski haver indeferido pretensões de extensão deduzidas nos mesmos autos por terceiros. É o que se vê nesta deliberação de 11 de janeiro de 2021:

Fixadas essas considerações iniciais, rememoro que, na origem, a presente reclamação foi proposta por Luiz

---

6 Caso “Sede do Instituto Lula”. Decisão de 29.6.2021, proferida na Reclamação n. 43.007/DF.

Inácio Lula da Silva contra decisões proferidas pelo Juízo da 13ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR, no âmbito da Ação Penal 5063130- 17.2016.4.04.7000 e do Acordo de Leniência 5020175-34.2017.4.04.7000, que estariam, segundo a exordial, contrariando a autoridade do Supremo Tribunal Federal por limitarem o acesso da defesa do reclamante ao conteúdo desses processos, em ofensa à Súmula Vinculante 14 e ao decidido na Rcl. 33.543/PR-AgR-AgR-ED-AgR, de relatoria do Ministro Edson Fachin, da qual fui designado Redator para o acórdão. Por outro lado, o peticionante aparentemente não integra a citada relação processual - instaurada, repiso, em desfavor do ex-presidente (AP 5063130-7.2016.4.04.7000) e em que recaem as decisões por mim proferidas neste feito (e-docs. 3, 24, 35 e 101) -, de sorte que, como visto, tem-se como inviável o acolhimento do pedido de extensão. Ademais, sublinho que não há comprovação segura, ao menos nesta via estreita de cognição, de que o mosaico fático desta reclamação guarda similitude com os eventos noticiados no requerimento incidental. Isso posto, não conheço do pedido formulado por terceiro.

A singela comparação do objeto inicial da reclamação com o que pretende Marcelo Odebrecht a título de extensão deixa nítido o desalinho que, como visto, inviabiliza o pleito.

É mesmo ocioso enfatizar que não se verifica a condição de corréus numa mesma ação penal do reclamante e do peticionário.

Do ponto de vista objetivo, há notável distância entre o que foi requerido na Reclamação 43.007 e o que se pede neste incidente, a título de *extensão* da decisão anterior.

Repare-se que, enquanto o pedido original na Reclamação n. 43.007 consistia na abertura de todos os dados relevantes para a Defesa do réu na ação penal que estava em curso em Vara da Justiça Federal de Curitiba, no caso deste pedido de extensão nem mesmo esse pleito faz sentido.

Mais ainda, o requerente celebrou o acordo de colaboração premiada na Procuradoria-Geral da República – e não na primeira instância da Justiça Federal em Curitiba. Os termos desse acordo não foram declarados ilegais e foram homologados, não pelo Juízo de Curitiba, mas pelo Supremo Tribunal Federal, tudo sem nenhuma coordenação de esforços com a Justiça Federal do Paraná.

Portanto, a admissão de crimes e os demais itens constantes do acordo de colaboração independem de avaliação crítica que se possa fazer da *Força Tarefa da Lava-Jato* em Curitiba.

A prática de crimes foi efetivamente confessada e minudenciada pelos membros da sociedade empresária com a entrega de documentos comprobatórios. Tudo isso se efetuou na Procuradoria-Geral da República sob a supervisão final do Supremo Tribunal Federal. Não há ver nas confissões, integrantes do acordo de colaboração, a ocorrência de comportamentos como os que são atribuídos a agentes públicos na Operação Spoofing.

Aconteceu que, após verificada a ausência de participação de autoridade detentora de foro por prerrogativa e apurado não existir

conexão com investigações ou ações penais em curso no STF, a pedido da Procuradoria-Geral da República, procedeu-se à cisão dos termos de depoimento dos colaboradores do Grupo Odebrecht, que foram encaminhados para tratamento adequado perante a autoridade jurisdicional competente.

Parte desses termos foram, em consequência, encaminhados ao Ministério Público Federal no Paraná. Obedeceu-se ao procedimento juridicamente devido. Já foi esclarecido por esse Tribunal que em seguida à homologação de termos de colaboração cabe remeter o acordo à instância própria para que ali prossigam as investigações e se dê o processamento de todos os fatos relatados no âmbito das declarações dos colaboradores<sup>7</sup>. O Supremo Tribunal tem dito:

[O] juízo que homologa o acordo de colaboração premiada não é, necessariamente, competente para o processamento de todos os fatos relatados no âmbito das declarações dos colaboradores (...). Os fatos dos quais não há notícia de participação de autoridade detentora de foro por prerrogativa nesta Suprema Corte, além daqueles em que não se observa qualquer relação de conexidade com investigações ou ações penais em curso, devem ser encaminhados para tratamento adequado perante a autoridade jurisdicional competente<sup>8</sup>.

Na Procuradoria da República no Paraná, então, após a remessa dos termos, procedeu-se à produção de provas decorrente das declarações colhidas em acordos de colaboração. Repare-se que as

---

7 Inq-QO n. 4.130, DJe 3.2.2016.

8 Pet n. 6.714 AgR-segundo, rel. o Ministro Edson Fachin, 2ª Turma, DJe 27.9.2017.

declarações não foram obtidas de modo impróprio, tanto assim que o eminente relator ressaltou, no decisório, a validade do acordo. Não há, desse modo, como anular as investigações e processos, que decorreram desse acordo, e que agora seguem curso nas instâncias ordinárias. Importa não confundir censuras feitas a acordos celebrados na primeira instância com o que foi firmado na Procuradoria-Geral da República, origem dos procedimentos criminais abordados na r. decisão agravada

Esses procedimentos nas instâncias ordinárias, de seu turno, se acaso sofrem de impropriedades eles mesmos, o requerente não logrou demonstrá-las, não as referindo nem documentando. Portanto, se houve algum defeito nesses processos decorrentes da legítima colaboração premiada, semelhante arguição carece da cumprida demonstração fática. Trata-se de tema dependente de prova que não acompanhou a peça do requerente. Mais uma vez, aqui, a reclamação se apresenta como insuscetível de conhecimento, já que não se admite a dilação processual para produção de provas no instrumento da reclamação — muito menos nos casos de pedido de extensão de decisão tomada em tal sede.

Acresce que tampouco o Supremo Tribunal Federal teria competência originária para apurar alegações dessa ordem. Se há vício na atuação de membros do Ministério Público e da magistratura na primeira instância, não há previsão constitucional para o conhecimento do assunto originariamente no STF.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
PET N. 12.357/DF

Atente-se, afinal, para que, se o acordo de colaboração celebrado na Procuradoria-Geral da República não pode ser tido como nulo – e não o foi pela r. decisão agravada –, não há falar em nulidade dos atos processuais praticados em consequência direta das descobertas obtidas nesse mesmo acordo. Tem-se aí mais um motivo para que não subsista a determinação em abstrato de anulação de todos os atos persecutórios sofridos pelo requerente.

Trazer a questão ao STF desde logo é prematuro e descabido. Por mais essa razão, o pedido de extensão não deve prosperar, merecendo ser revista a decisão que o deferiu.

### **Pedido**

O Ministério Público requer a reconsideração da decisão ou, isso não ocorrendo, o provimento do agravo interno, para que seja reformada a decisão monocrática, afastando-se o cabimento do pedido de extensão.

Brasília, 4 de junho de 2024

Paulo Gonet Branco  
Procurador-Geral da República